APRESENTAÇÃO

Os boletins do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE-SP) podem ser encontrados, desde as primeiras edições, na Biblioteca do Centro de Estudos. As versões digitais, lançadas em 2007, podem ser acessadas por meio do Portal de Periódicos PGE-SP.

Uma breve pesquisa no acervo evidenciará que, por mais de 40 anos, o boletim vem se mostrando um importante instrumento para atualização e aperfeiçoamento profissional de procuradores, servidores da PGE e demais operadores do direito, além de divulgar a produção intelectual no âmbito jurídico.

Um leitor ou leitora mais atento se dará conta de que, ao acessar as edições mais antigas, embarcará em uma viagem no tempo, na qual descobrirá questões jurídicas relevantes em cada período, permitindo contextualizá-las, visualizar seus desdobramentos e compreender melhor o presente.

Evidenciará que a PGE é uma instituição que se constrói de forma coletiva, com um trabalho inter e intrageracional, em que cada integrante deixa contribuições para que os demais possam aprimorá-las e levá-las adiante, ou seja, num processo de constante evolução. É, essencialmente, um trabalho permanente de uma grande equipe, demonstrando o quanto é correta a frase atribuída a Bernardo de Chartres e tornada ilustre por Isaac Newton: “Se consegui ver mais longe é porque estava sobre os ombros de gigantes”.

Ao contribuir com um trabalho para o Boletim do Centro de Estudos, ajuda-se a dar sequência a essa história. E os autores de peças e pareceres desta edição contribuíram com maestria.

O parecer de lavra do Dr. Bruno Megna, à época Coordenador da Assessoria de Empresas e Fundações, enfrenta aspectos relevantes do Direito Empresarial Público para analisar a possibilidade de uma empresa pública ter seu capital social integralmente detido pelo Estado.

O Dr. Wesley de Castro Dourado Cordeiro, atuando na Consultoria Jurídica da Secretaria de Educação, trata de questão com desdobramentos sérios para a política pública educacional, afetando a segurança de alunos, servidores e colaboradores: é

possível limitar o ingresso de servidor com porte de arma em uma unidade escolar? Qual a espécie normativa adequada para tanto?

Por fim, o Agravo de Instrumento, elaborado pelo Dr. Joaquim Pedro Menezes de Jesus Lisboa, lotado na Procuradoria Judicial, aborda um problema tormentoso para as bancas, em especial, as que tratam de demandas de servidores: a distribuição do ônus de instrução dos incidentes individuais de cumprimento de sentença coletiva.

Cada uma dessas peças retrata um aspecto da atuação da PGE e evidencia a qualidade do trabalho que é desempenhado pela instituição.

Boa leitura!

EMANUEL FONSECA LIMA

Procurador do Estado